



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

RESOLUÇÃO TC Nº 147, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021.

ANEXO IX
DEMONSTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EMITIDAS PELO TCE/PE EM PARECER PRÉVIO

Determinação/Recomendação	Situação	Ações	Justificativa
Processo TC nº: 19100154-5			
Atentar para o dever de aplicar no mínimo 25% das receitas em manutenção e desenvolvimento (Constituição da República, artigo 212);	IMPLEMENTADO		
Atentar para o dever de promover a arrecadação de receitas tributárias do Município e créditos da Dívida Ativa;	IMPLEMENTADO		





ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Atentar para o dever de prover disponibilidade efetiva de recursos públicos para fazer face aos restos a pagar liquidados;	IMPLEMENTADO		
Atentar para o dever de adotar medidas para procurar sanar, a médio e longo prazo, o déficit financeiro e atuarial do RPPS;	IMPLEMENTADO		
Atentar para o dever de disponibilizar à sociedade todas as informações exigidas pela ordem legal;	PARCIALMENTE IMPLEMENTADO		Pela baixa capacidade de arrecadação, se tornou necessário reestruturar o setor tributário, para melhorar a capacidade de atendimento e conseqüentemente, aumentar a arrecadação
Elaborar projeto de Lei Orçamentária Anual - LOA com previsão razoável de possíveis alterações e que a torne instrumento efetivo de planejamento;	IMPLEMENTADO		





ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Registrar as provisões matemáticas sempre com base na mesma data base do balanço patrimonial, ou seja, a Avaliação Atuarial de data base 2018 (avaliação atuarial 2019) deve estar refletido no balanço patrimonial de 2018 e assim em diante;	IMPLEMENTADO		
Recusar o recebimento de avaliações atuariais elaboradas com informações inconsistentes a respeito da existência de plano de amortização de déficit previdenciário, determinando ao atuário contratado, por meio de prévia e regular licitação, da imediata revisão do resultado apresentado nos cálculos atuariais.	IMPLEMENTADO		

LEGENDA:

Determinação/Recomendação: elencar, uma a uma, por processo, as determinações ou recomendações contidas nas deliberações (decisões ou acórdãos) emitidas pelo TCE/PE, nos três últimos anos, compreendendo o referente ao da prestação de contas e os dois anteriores.



ESTADO DE PERNAMBUCO TRIBUNAL DE CONTAS

Situação: informar se a determinação ou recomendação foi cumprida (implementada), implementada parcialmente ou não implementada.

Ações: informar as ações adotadas para implementação da determinação ou recomendação correspondente.

Justificativa: este campo deverá ser preenchido com os esclarecimentos julgados pertinentes em caso de não implementação ou implementação parcial da determinação ou recomendação correspondente.

